



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD  
Nº 70027940923  
2008/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.  
DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO.  
REVOGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO IMPUGNADA.  
PERDA DE OBJETO. ART. 169, XI, PRIMEIRA  
PARTE, DO REGIMENTO INTERNO.**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
JULGADA EXTINTA.**

**AÇÃO DIRETA DE ÓRGÃO ESPECIAL  
INCONSTITUCIONALIDADE**

**Nº 70027940923 COMARCA DE PORTO ALEGRE**

**EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/RS PROPONENTE**

**MUNICIPIO DE CAMPINA DAS MISSOES REQUERIDO**

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPINA DAS MISSOES REQUERIDO**

**EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO/RS INTERESSADO**

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

Vistos.

I – Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico de parte do art. 19 da Lei nº 1.105/1993, com redação alterada pelas Leis nºs 1.266/1995, 1.492/1999 e 2.085/2007, todas do Município de Campina das Missões/RS.

Alega-se que a presente ação direta de inconstitucionalidade, proposta em relação aos cargos em comissão especificados pelas



LFSD

Nº 70027940923

2008/CÍVEL

disposições legais então impugnadas, tem como fundamento a falta de especificação legal das atribuições respectivas.

Assevera que, embora alguns cargos sejam classificados com denominações próprias aos cargos de confiança, não se mostram aptos a preencher as exigências do artigo 32 da Constituição Estadual, aplicável aos Municípios por força do que dispõe o artigo 8º da Carta Estadual, em decorrência do disposto nos artigos 25 e 37, V, da Constituição Federal.

Afirma que as atribuições específicas de direção, chefia ou assessoramento não de estar explicitadas de forma clara e incontroversa pela lei que cria o cargo em comissão, ao que, em não se atendendo tal especificidade, de matriz constitucional, resulta manifesta a inconstitucionalidade da regra.

Ressalta que somente para hipóteses excepcionais está autorizada a criação de cargos em comissão, pois estes, sendo de livre nomeação e exoneração, afastam a necessidade do concurso público e da estabilidade, garantias contempladas nas Constituições Federal e Estadual em benefício da comunidade, para permitir o amplo acesso dos cargos públicos às pessoas que preencham os requisitos estabelecidos em lei e a atuação impessoal dos servidores, sujeitos apenas à lei, não a pressões políticas.

Argumenta que ao dispor sobre os cargos de confiança, no artigo 32, não está o Constituinte gaúcho cingindo-se à exigência de que esses cargos tenham nomes adequáveis à espécie.

Destaca que o conteúdo do art. 21 da Lei nº 1.105/1993 não alcança constitucionalidade à norma impugnada na medida em que não especifica as atribuições de cada cargo em comissão do Município de Campina das Missões.

Requer a procedência do pedido, para que se declare a inconstitucionalidade de parte do art. 19 da Lei nº 1.105/1993, com redação



LFSD  
Nº 70027940923  
2008/CÍVEL

alterada pelas Leis nºs 1.266/1995, 1.492/1999 e 2.085/2007, todas do Município de Campina das Missões, RS ( no tocante aos *cargos em comissão* de Secretário Adjunto de Administração, Secretário Adjunto da Fazenda, Secretário Adjunto de Obras Públicas, Secretário Adjunto de Educação e Cultura, Secretário Adjunto da Saúde e do Meio Ambiente, Secretário Adjunto da Agricultura, Secretário Adjunto do Trabalho, Bem Estar Social, Habitação e Turismo, Diretor de Departamento de Assessoria Superior, Diretor de Departamento de Recursos Humanos, Diretor de Departamento de Contabilidade, Diretor de Departamento de Obras, Diretor de Departamento de Patrimônio, Diretor de Departamento de Compras, Diretor de Departamento de Assistência Técnica, Diretor de Departamento de Cultura, Diretor de Departamento de Orientação Pedagógica, Diretor de Departamento de Saúde e Meio Ambiente, Diretor de Departamento de Saneamento Comunitário, Diretor de Departamento de Produção, Diretor de Departamento de Pecuária e Cooperativismo, Diretor de Departamento de Habitação e Bem Estar Social, Assessor técnico de Planejamento e Projetos, Assessor Jurídico, Chefe de Gabinete, Dirigente de Divisão de Comunicação Social, Dirigente de Divisão da Fazenda, Dirigente de Divisão de Serviços Urbanos, Dirigente de Divisão de Serviços e Obras, Dirigente de Divisão de Orientação e Supervisão Técnica, Dirigente de Divisão de Vigilância Sanitária, Dirigente de Divisão de Medicamentos, Dirigente de Divisão de Ervas Medicinais, Dirigente de Divisão da Agricultura, Dirigente de Divisão de Turismo, Dirigente de Divisão do Trabalho e Ação Social, Chefe de Seção de Pessoal, Chefe de Seção de Arquivos e Protocolo, Chefe de Seção de Tesouraria, Chefe de Seção de Tributação, Chefe de Seção de Fiscalização, Chefe de Seção no Parque de Máquinas, Chefe de Seção de Comunicações, Chefe de Seção de Trânsito, Chefe de Seção do Sistema de Referência em Saúde, Chefe de Seção da Agricultura, Assessor de Gabinete, Assessor de Imprensa, Assessor de Transporte Escolar e Oficial



LFSD  
Nº 70027940923  
2008/CÍVEL

de Gabinete), por ofensa aos artigos 8º, 19, *caput* e inciso I, 20 e 32, *caput*, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 37, *caput*, e inciso II, da Constituição Federal.

Notificados, a Câmara de Vereadores e o Município de Campina das Missões, respectivamente, informaram que a legislação impugnada foi revogada expressamente pela Lei nº 2.215/2009 (fls. 44 e 156/157).

Citada, a Procuradora-Geral do Estado requereu a improcedência da presente ação direta de inconstitucionalidade (fls 475/485).

Ouvido, o Ministério Público (fls. 287-verso) manifestou-se pela extinção do feito, em razão da perda do objeto.

II – Julgo extinto o presente feito.

Compulsados os autos, verifica-se que a legislação objeto da presente ação direta de inconstitucionalidade restou expressamente revogada pelo artigo 29 da Lei Municipal nº 2.215/2009 (fls. 50), em consonância com as informações prestadas pela Câmara de Vereadores e pelo Município de Campina das Missões.

Nessa perspectiva, como bem destacado pelo ilustre Procurador de Justiça, a presente demanda resta prejudicada, em razão da perda de seu objeto.

Pelo exposto, JULGO EXTINTA A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, nos termos do art. 169, XI, primeira parte, do Regimento Interno desta Corte.

Intime-se.




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD  
Nº 70027940923  
2008/CÍVEL

Porto Alegre, 25 de março de 2009

  
DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,  
RELATOR.